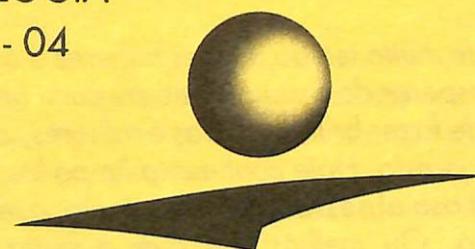




CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
CRP - 04



G E S T Ã O
PSICODIVERSIDADE

í o r n a l d o
P s i c o l o g o

B E L O H O R I Z O N T E , A N O 1 0 • N º 4 6
M A I O / J U N H O 1 9 9 4

C O F
CRP - 04

■ **Luz Liberta - o brilho dos profissionais.**
Página 2

■ **Entrevista -** O sociólogo Herbert de Souza comenta sobre a primeira etapa da Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida e explica como o brasileiro pode lutar contra o desemprego no País. De quebra, Betinho dá uma sugestão aos psicólogos no combate à violência. Página 3



■ **Especial: a escola ilusionista.** Página 5



■ **De Minas e Espírito Santo, propostas para a Psicologia.** Página 7



■ **O trabalho, o indivíduo e a empresa.**
Página 9



■ **Demandas da população superam interesses corporativos.** Página 11



■ **Suplemento: Interdisciplinariedade, por Luiz Cláudio de Figueiredo**

A gestão PSICODIVERSIDADE do CRP-04, atenta às políticas de saúde em Belo Horizonte, encaminhou correspondência ao prefeito municipal Patrus Ananias, ao vice-prefeito Célio de Castro, ao secretário municipal de Administração, Fernando Viana Cabral e ao secretário municipal de saúde, Cézar Rodrigues Campos, solicitando providências quanto a diferenciação de carga horária e salários entre profissionais de saúde. Célio de Castro encaminhou ofício informando ser de competência da secretaria municipal de Saúde. O secretário Cezar Campos, por sua vez, comprometeu-se a elaborar um novo plano de cargos e salários. A seguir, trechos das correspondências.

"(...) Sabedores do compromisso de V. Excia com tais princípios, causou-nos enorme estranheza verificar que o Edital 03/94 baseado na Lei 5447 de 30 de novembro de 1988 contradiz os princípios vigentes da política de saúde deste município. Causa-nos enorme preocupação as consequências da acintosa discriminação, colocando profissionais de igual importância na equipe em situações empregatícias tão diferentes. (...) a situação do psicólogo situa-se numa escala 43,2% inferior ao profissional de saúde mais bem remunerado, no referido edital. (...) Embora o Edital siga as determinações da Lei 5447, entedemos que, por serem injustas e contraditórias, possamos contar com o pleno apoio de V. Excia numa luta para torná-la mais justa e coerente com os princípios que hoje regem a saúde em nosso município". (Mariana de Campos Mendonça, presidente do CRP-04)

"(...) De fato, o Edital está fundamentado na Lei n. 5447/88, que regulamenta o Plano de Carreira na PBH, que infelizmente não contempla as necessidades dos trabalhadores do SUS. A Secretaria Municipal de Saúde reconhece que, para a efetiva implantação do SUS, é indispensável uma política de Recursos Humanos que compatibilize diferentes situações dos servidores, enfocando princípios que atendam a todos os trabalhadores em um Plano de Carreira sem distorções. É compromisso desta Administração elaborar um novo Plano de Cargos e Salários, em ação conjunta às entidades representativas dos funcionários, visando corrigir as atuais falhas existentes". (Cézar Rodrigues Campos, secretário municipal de Saúde)

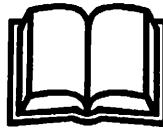
O leitor mais atento ao projeto editorial do Jornal do Psicólogo perceberá que neste número subvertemos a ordem e instalamos alguns temas de âmbito institucional. Sabemos que procedimentos dos inscritos junto ao CRP-04 não são exatamente o assunto preferido dos leitores, mas a autarquia não pode se furtar ao seu papel de prestar informações sobre o funcionamento da autarquia, as quais podem facilitar a vida da categoria. E no lugar de coordenador do processo constituinte em Minas e no Espírito Santo, o Conselho não pode fugir da responsabilidade de informar a toda a categoria sobre as propostas dos profissionais, que visam uma nova constituição para a Psicologia no País.

De forma institucional ou não, o certo é que a Psicologia continua sendo o destaque do Jornal do Psicólogo, sendo abordada nesta edição tanto sob a ótica profissional quanto científica. Apresentamos textos e artigos pertinentes aos fazeres das áreas Educacional e Organizacional, ao mesmo tempo em que o suplemento Escuta apresenta uma nova perspectiva para a Psicologia, passando da multidisciplinariedade para a indisciplinariedade. Trata-se de uma proposta tão ousada quanto arriscada, como reconhece o próprio autor do artigo, o psicólogo Luiz Cláudio de Figueiredo, para quem esta "ambição" deve ser perseguida por cada um de nós profissionais.

No último dia 6 de abril, a Urbel, órgão responsável pela política habitacional do município de Belo Horizonte, promoveu uma assembleia para votação de uma lista tríplice, para posterior indicação do prefeito Patrus Ananias para o Conselho Municipal de Habitação. Criado em janeiro, o conselho tem como função fiscalizar e acompanhar o planejamento da Urbel que, entre suas prioridades, está a transformação das favelas em bairros, inserindo-as na cidade. Entre os profissionais responsáveis pela implantação desta política urbana, estão psicólogos. Por isso mesmo é que o Conselho Regional de Psicologia não só participou da escolha da lista tríplice, como também estará acompanhando os trabalhos na área habitacional.



○ Departamento de Psicologia Social e Educacional (DPSOE) da Universidade Federal de Uberlândia comunica que estará abrindo edital de concurso público na área de Psicologia Escolar Educacional para professores doutores (nível titular) e profissionais que tenham, no mínimo, a dissertação de mestrado depositada. Informações com Graça no DPSOE-Campus Umuarama. Tel: (034)212.2111, ramal 235.



○ CRP-04, solidarizando-se com a família e amigos, comunica aos psicólogos o falecimento da colega Valéria Maria Della Garza Ronzani Granato, 31 anos, vítima de um acidente de carro em Juiz de Fora (MG). Psicóloga clínica, trabalhava com crianças e com arte-terapia. Foi eleita delegada-suplente para o Congresso Regional Constituinte da Psicologia.

Luz libera

"Durante muito tempo, limpei talheres e alfaias e os pus à mesa, esperando a visita. E me consumi nesta espera, e na tarefa de fazer brilhar alfaias e talheres, para que a visita fosse honrada. Hoje continuo a limpá-los, com minuciosa e carinhosa obsessão. Sei no entanto, que nenhuma visita chegará. Ou melhor: sei que a visita esperada está presente, e que sua luz não é senão o brilho das pratas e alfaias, que o meu trabalho deu à luz."

Hélio Pellegrino em "Minérios Domados"

Há muito clamamos por "uma Nova Psicologia". Esperávamos recebê-la através de um psicólogo, um filósofo ou mesmo algum lunático, mas esperávamos. Nos preparamos sempre e com muito esmero, mesa posta, convidados chegando, conversa rolando e tempo passando.

Quem traria tão honrada visitante?

A incógnita pairava no ar. Trazia momentos de desânimo, momentos de expectativa, até mesmo alarmes falsos nos surpreenderam.

Sedentos e famintos, nos sentíamos enfraquecidos em nossa tarefa de tudo fazer brilhar, para esperar...

Tomávamos como tira-gosto tudo o que por aí circulava, críticas daqui, elogios daquela, sugestões de todo tipo nos levaram a continuar.

Eis que irrompe entre nós, alguém, desavisado, mas certamente convidado, que nos alerta sobre o brilho de nossas pratas, sobre o ritmo de nossa música e mais uma vez utilizando nosso poeta eleito, escutamos "A fala é música do corpo, e a música - o corpo da fala".

Assim, criamos corpo e pudemos cantar nos dias 21 e 22 de maio, não em uníssono, mas fizemos um coro, um corpo. Os 94 delegados participantes do Congresso Regional Constituinte cantaram sob o brilho dos holofotes, gerado pelo trabalho de um sem número de colegas e colaboradores.

A gestão Psicodiversidade acreditou que "Todo trabalho é a véspera de um sonho" (H.P.), e constata que a luz, esperada visitante, não é senão o brilho que o trabalho coletivo dos psicólogos da 4ª região deu à Luz.

7º Plenário - Gestão Psicodiversidade

A ousadia do texto do suplemento Escuta é reafirmada em algumas das propostas extraídas da I Conferência Mineira de Ética e Saúde. Neste fórum, realizado os princípios éticos válidos para todos os profissionais de saúde. O destaque é o corporativo das categorias.

A responsabilidade social do psicólogo também foi lembrada pelo sociólogo Herbert de Souza. Mesmo envolvido com uma série de atividades, Betinho concordou em nos conceder uma entrevista, na qual ele sugere ao psicólogo a crítica da mídia, psicólogo atue como uma espécie de Ombudsman, opondo-se a manipulação da mídia. Este exercício crítico, aliás, já vem sendo desempenhado pelo Jornal do Psicólogo desde o início da gestão PSICODIVERSIDADE. A página Mídia foi criada justamente para que o psicólogo possa prestar mais este serviço à sociedade brasileira.

Ricardo F. Moretzsohn
Coordenador da Câmara de Comunicação Social

■ Como você avalia a campanha contra a fome e pela vida? Houve grande mobilização nacional, com doações de todas as partes e formação de comitês em diversos lugares. O que esta campanha provocou no brasileiro?

● Acho que presenciamos, com essa campanha, o despertar da cidadania através da solidariedade. A sociedade mostrava-se perplexa e passiva diante do estado de miséria a que chegou o povo brasileiro. Então, acho que a partir de uma sugestão, de um gesto mobilizador, houve o desencadeamento de um movimento que está hoje em todos os Estados do País.

■ Você está dando início a uma nova campanha, desta vez, pelo desenvolvimento e contra o desemprego no Brasil. No que consiste esta campanha e como está sendo encaminhada?

● É importante esclarecer que não se trata de uma nova campanha, mas de uma nova etapa, uma nova fase na Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida. Nós sempre nos preocupamos em priorizar, juntamente, ações emergenciais e estruturais. Precisamos dar comida a quem tem fome, pois quem tem fome tem pressa. Mas também temos que gerar oportunidades de ocupação e renda.

O sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, é uma dessas raras pessoas que fazem questão de exercer seu direito de cidadania no Brasil. De tanto insistir, já foi exilado, mereceu indicação para o Nobel da Paz e - mesmo contra sua vontade - tem carregado o estigma de santo. Num País tão carente, até mesmo de heróis, como o nosso, tornou-se referência por descontar e tentar mudar a degradação do povo brasileiro. Nem mesmo o episódio do jogo do bicho parece ter abalado a confiança nele depositada. Continua a pleno vapor a Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida que, num primeiro momento, centrou seus esforços no combate à fome, e que agora amplia-se na luta contra o desemprego. Eis mais uma jornada que exige a participação de homens, sejam eles santos ou não.

formados nos mais diversos lugares pelas mais diversas pessoas. Podem haver comitês em associações de bairros, sindicatos, universidades, escolas, locais de trabalho e por aí em diante.

■ Na primeira campanha, a luta pela sobrevivência. Nesta outra, luta-se pela dignidade. No que consistirá a luta pela vida?

● Não há duas campanhas distintas. Estamos, desde o início, na Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida. Numa primeira fase, priorizamos a doação de alimentos e, agora, estamos articulando a geração de novas oportunidades de ocupação e renda. Acho que a luta pela vida é a luta pelo exercício da cidadania, o reconhecimento dos direitos básicos de cada um, a construção de um país, de uma nação, a partir da solidariedade, com comida, trabalho, educação, casa, saúde e condições favoráveis e dignas para todos.

■ No recente episódio da divulgação da relação do jogo do bicho, você disse que aquela era uma boa oportunidade para mostrar que não era santo. Que lugar você acredita estar ocupando no imaginário do povo brasileiro e qual, na sua opinião, deveria ser este lugar, para que a cidadania seja realmente assegurada neste País?

● Não sou, nem nunca quis ser nada além de um cidadão que luta pela cidadania exercida em plena liberdade.



■ É histórica sua luta pelo direito de exercer a cidadania no Brasil. No entanto, somente agora houve este encontro entre suas idéias e os anseios do brasileiro. Que encontro tem sido este?

● Acho que é o encontro da profunda vontade de mudanças, que se concretizam com a própria disponibilidade das pessoas em fazer as coisas acontecerem. Nós vivemos até então esperando por respostas do Planalto para os problemas sociais. Chegou a hora de resolvemos as coisas na planície.

■ Em entrevista concedida à Marília Gabriela no último mês de abril, você opinou sobre a responsabilidade de alguns profissionais, entre eles, os psicólogos, diante da violência no Brasil. Qual seria esta responsabilidade e quais seriam os meios de exercê-la?

● Acho que os psicólogos teriam um papel no acompanhamento da mídia que, muitas vezes, promove a banalização da vida, principalmente a mídia televisiva, que exibe a violência da forma mais corriqueira. Quem vê um linchamento na televisão pode acabar linchando alguém na rua. Entendo que os psicólogos deveriam atuar como uma espécie de Ombudsman da mídia.

■ Em agosto próximo será realizado em São Paulo o Congresso Nacional Constituinte da Psicologia. Neste fórum, psicólogos de todos os Estados do Brasil estarão reunidos para propor, sob a forma de Projeto de Lei, uma nova legislação que regerá o exercício da Psicologia no País. As discussões terão como referência o contexto atual e as demandas da população. Alguma sugestão?

● Primeiro gostaria de dizer que acho essa uma iniciativa muito importante. Agora, como sugestão para esse congresso, fica mesmo a do papel que entendo deva ser desempenhado pelos psicólogos junto a mídia.

■ Há, com esta nova campanha, uma nítida evolução na busca da cidadania. Primeiro, mata-se a fome sob a forma de doações. Depois, busca-se condições para que o próprio indivíduo sustente a si mesmo e aos seus. Nesta segunda etapa é preciso mais que solidariedade ou culpa. O que é preciso?

● Olha, comitês da Ação da Cidadania estão dando uma mostra do que é possível fazer em relação a isso. Em Ponte Nova, no interior de Minas, o comitê reuniu 19 salários mínimos, entre comerciantes e profissionais liberais locais, e assim mantêm frentes de trabalho, remunerando 145 frentistas que se revezam, semanalmente, trabalhando de segunda a sexta, durante quatro horas e meia diárias. Os trabalhos a serem executados pelos frentistas são decididos pelos subcomitês formados em oito bairros da cidade, que analisam as prioridades da comunidade. Desse modo, foram realizadas coisas como construção de creche, reforma de casas, artesanato em taboas - que é uma planta com a qual se produzem cestas, balaios e tapetes - , calçamento e limpeza de ruas e muitas outras. Claro que essa não é a única forma, mas já é um modo muito positivo de um comitê responder a carência de oportunidades de trabalho.

■ Como um cidadão comum pode contribuir para esta campanha contra o desemprego?

● A melhor maneira é formar um comitê da Ação da Cidadania contra a Miséria e Pela Vida. Os comitês são autônomos, descentralizados e, de um modo geral, estão organizados em grupos de alimentação, trabalho, habitação, educação, saúde e saneamento. É através desses comitês que iremos mudar os rumos do País. E os comitês são

Na página 3, Betinho nos sugere o exercício do papel de ombudsman da mídia. E é o que temos feito nesta página 4, dedicada a comentários de matérias e artigos publicados em jornais e revistas. Mas neste número cumprimos uma outra função, que deve ser exercida por qualquer publicação: a prestação de serviços. Ao informarmos à categoria sobre procedimentos dos psicólogos junto à autarquia e também sobre a Câmara de Orientação e Fiscalização do CRP-04 e suas ações, esperamos estar contribuindo para a aproximação entre a autarquia e o psicólogo. No entanto lembramos que os procedimentos aqui enumерados podem ser modificados. Isto vai depender do Congresso Nacional Constituinte da Psicologia, que acontece em agosto próximo. Deste fórum serão extraídas propostas para apreciação do Congresso Nacional brasileiro e que podem culminar na alteração da legislação que rege a Psicologia no Brasil.

Atenção... Câmara... Ação!!!

A partir de um direcionamento a nível federal, a COF do CRP-04 estabeleceu seu Plano de Ação que é refeito a cada ano e é constantemente reavaliado.

A COF é a única câmara que tem funcionários exclusivamente a seu serviço. São quatro psicólogos-fiscais, sendo três em Belo Horizonte e uma em Vitória (ES).

A atividade de rotina da COF inclui visitas aos locais de trabalho do psicólogo, nas quais o fiscal faz uma entrevista com o profissional, conhece seu ambiente de trabalho, leva informações sobre o CRP-04. Nessa ocasião, o psicólogo tem oportunidade de apresentar suas queixas, dúvidas e sugestões diretamente ao Conselho.

A orientação é a atividade prioritária da COF, visto que a categoria é pouco informada sobre aspectos gerais pertinentes a profissão, sobre a legislação que a regulamenta e, em determinados casos, até sobre aspectos técnicos e éticos.

Além das visitas externas, a COF mantém um plantão no Conselho para atender o psicólogo.

Das discussões a nível nacional, as câmaras de todos os regionais e a COF do Federal sistematizaram alguns pontos contemplando as seguintes ações:

1- Junto ao psicólogo:

1.1 - Analisar permanentemente o enfoque e a prática da orientação e fiscalização.

1.2 - Orientar e fiscalizar o exercício profissional.

1.3 - Possibilitar uma ação mais direta e frequente entre conselho e psicólogos.

2- Junto às agências formadoras:

2.1- Levar às escolas de Psicologia informações sobre o CRP e discutir questões de interesse tais como mercado de trabalho, função dos conselhos entre outros.

3- Junto à sociedade

3.1- Esclarecer junto aos membros da comunidade seus direitos como usuários, as atribuições do psicólogo etc.

4- Junto às outras câmaras do CRP:

4.4 - subsidiar o Plenário e as câmaras com informações e contatos feitos pela COF com a categoria.

As carteiras profissionais são entregues pela COF aos novos inscritos às segundas-feiras durante uma reunião, na qual são prestadas informações básicas sobre o Conselho. São realizadas também visitas periódicas às cidades do interior para fiscalização de rotina, atendimento de denúncias, entre outras atividades.

Enfim, a COF tem se apresentado mais como um espaço de discussão e de diálogo com a categoria sobre o nosso fazer e sobre a possibilidade de nos organizarmos, e menos como discurso exclusivamente da Lei, da ação coercitiva.

Fragmentos de um discurso bem informativo

Conselhos - A autarquia foi criada através da Lei 5766 de 20.12.71 e se destina a orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicólogo e zelar pela observância dos princípios de ética e disciplina da classe.

CRP-04 - É constituído por 21 psicólogos, sendo 11 suplentes e 10 efetivos, eleitos para um mandato de três anos. Entre os efetivos escolhe-se a Diretoria Exe-

cutiva: Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro. O CRP-04 tem como órgão deliberativo o Plenário, do qual participam os psicólogos eleitos. A próxima eleição será no segundo semestre de 1995.

Voto - É obrigatório. De acordo com a Lei 5766, de 20.12.71, está sujeito a multa o psicólogo que não votar e não justificar sua ausência no prazo de 90 dias. São elegíveis os psicólogos com mais de dois anos de inscrição e que não estejam em débito ou respondendo a processo ético.

Plenário - Reúne-se quinzenalmente, sendo aberto à participação dos psicólogos, mas desde que o dia e a hora sejam marcados com antecedência.

Anuidade - É paga à vista, em janeiro, ou parcelada em três vezes até março de cada ano.

Pessoa Jurídica - A inscrição é obrigatória para clínicas e empresas que prestem serviços a terceiros na área da Psicologia.

Cancelamento - Qualquer profissional poderá requerer o cancelamento de sua inscrição, desde que: esteja em dia com suas obrigações pecuniárias para com o CRP-04; não esteja respondendo a processo ético; e que não esteja exercendo a profissão.

Interrupção do Pagamento - Será concedida ao profissional que requerer a interrupção temporária do efetivo exercício profissional nos

seguintes casos: viagem ao exterior, com permanência superior a seis meses; doença devidamente comprovada, que impeça o exercício profissional por prazo superior a seis meses.

Legitimidade - De acordo com o Decreto 79.822 que regulamenta a Lei 5766, criando os conselhos Federal e Regionais de Psicologia, o pagamento da anuidade ao Conselho Regional constitui condição de legitimidade de exercício da profissão pelo psicólogo.

Horário - O CRP-04 funciona de segunda à sexta-feira, de 12h30 às 18h30

Ligue-COF: (031)261.1146

"Classe especial: uma falácia?..." é o resumo da dissertação de mestrado em Educação desenvolvida pela psicóloga Hilda Felga na Universidade Federal do Rio de Janeiro em outubro de 1992. Para consulta os interessados devem dirigir-se às bibliotecas: do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, da Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, além da sede do CRP-04. Contatos com a autora podem ser feitos pelos tels.: (032) 215-4837 e 212-7183 - Av. Barão do Rio Branco, 1.863, s/ 605 - Juiz de Fora-MG.



Classe especial: uma falácia?...

Hilda Felga

Este estudo teve como objetivo a investigação sobre o trabalho pedagógico realizado pela Escola, em relação aos alunos das chamadas classes especiais e sobre a maneira como é feita a esperada reintegração destes às classes comuns de ensino regular. Trata também da representação psicossocial desse aluno, identificando-o como oriundo da classe média baixa e classe baixa, destinado a engrossar as fileiras da repetência, nas escolas da rede pública estadual, marcado sob o estigma da deficiência mental educável e muitas vezes vítima da inadequação pedagógica.

Partimos do pressuposto de que em um sistema social democrático ganha destaque a noção de que todos devem ter "iguais oportunidades" de se desenvolverem até o limite de suas potencialidades.

O sistema educacional brasileiro, seletivo e marginalizante, contribui para que grande parte da população não tenha escolas, vagas ou mesmo a ação pedagógica, conveniente e, dificilmente, alcança os objetivos do processo de escolarização, numa perspectiva democrática. Por outro lado, aqueles que conseguem chegar à escola se confrontam com a repetência, a evasão e a consequente marginalidade escolar, comprometendo, igualmente, o desenvolvimento desejável.

O trabalho foi fundamentado numa abordagem sobre a escola e a marginalidade numa sociedade desigual, analisando os mecanismos sociais que favorecem a discriminação e a caracteriza como fonte de

injustiça institucionalizada. Procuramos focalizar a importância do relacionamento professor-aluno, questionando consequências de atitudes de ambas as partes, buscando demonstrar os efeitos da atitude negativa muitas vezes "inconsciente" em relação ao aluno das classes menos privilegiadas. Apresentamos, ainda, resultados dos estudos sobre os efeitos da discriminação social, na vida infantil, que interferem no desenvolvimento da personalidade da criança e do adolescente.

Para proceder à pesquisa foram selecionados, dentre as 24 escolas estaduais que possuem classes especiais no município de Juiz de Fora, Minas Gerais, três (03) escolas, localizadas em diferentes bairros da cidade, visando abranger uma população heterogênea quanto às condições sócio-econômico-culturais e quanto aos diferenciados índices de reintegração de alunos egressos apresentados por estas escolas, em 1990.

A pesquisa focalizou 6 alunos egressos das classes especiais selecionados entre os reintegrados (2 alunos de cada escola), a critério das orientadoras educacionais e/ou das supervisoras pedagógicas. A amostra abrangeu os alunos, os especialistas que os acompanharam, os professores das classes especiais, seus atuais professores como egressos, além dos funcionários de cada escola e dos pais ou responsáveis.

Para a coleta dos dados, foram realizadas entrevistas com questões abertas, visando obter o maior número possível de informações. Todas as

entrevistas foram gravadas e transcritas integralmente, levando em consideração o tempo de latência (silêncios significativos), as manifestações visíveis que evidenciaram um estado emocional (suspiros, risos, gaguejos). Transcrito todo material, organizamos através de categorias, agrupando-as sob forma de conteúdos de acordo com a aproximação das respostas apresentadas.

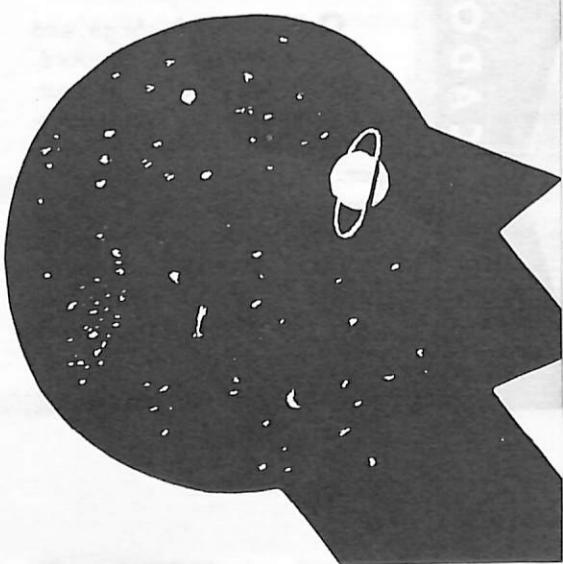
A metodologia utilizada na interpretação das respostas obtidas foi a análise de conteúdo, por ser a técnica de observação objetiva, sistematizada e que melhor favoreceu a interpretação das mensagens, tanto pela análise dos significados (análise temática) quanto pela análise dos significantes (análise dos procedimentos). Esta técnica, por ser um recurso utilizado quantitativa e qualitativamente, tendo como objetivo a palavra, permitiu a busca de outras realidades através da comunicação e o conhecimento a partir das mensagens, daí que não foi manifesto. Em resumo, o que se procurou estabelecer foi uma correspondência entre as estruturas psicológicas ou sociológicas existentes.

Quanto aos resultados, os dados evidenciaram uma diversidade de muito grande de conceitos, posturas e dinâmicas de habilidade com os alunos das chamadas classes especiais. Revelaram, ainda, pouco esclarecimento quanto ao assunto por parte dos especialistas, pais e professores, um trabalho de caráter não científico, evitado de contradições e diver-

gências por parte das escolas, falta de sistematização e articulação entre as pessoas envolvidas no trabalho e, por fim, falta de uma visão adequada do processo como um todo, face às necessidades do aluno e ao contexto psicossocial e pedagógico da instituição escolar.

O momento em que esses resultados serão assimilados e aproveitados na dinâmica do processo escolar não podemos precisar porque os anseios para mudança do homem chegam sempre à frente de sua vontade e capacidade de ação. As instituições são sempre as últimas a aderir aos movimentos de transformação.

Conservando ou transformando, a escola precisa questionar suas iniciativas, suas modalidades de atendimento, seus valores, para que os mesmos não se tornem, apenas, mais uma falácia!...



Descontos para os psicólogos inscritos

Todo psicólogo inscrito no CRP-04 pode se beneficiar dos convênios firmados entre a autarquia e diversos prestadores de serviços e produtos. Para ter direito a descontos em consultórios odontológicos, drogarias, lojas de vestuário, além de papelaria e aulas de línguas, o inscrito deve apresentar a carteira profissional. A seguir, os convênios firmados até agora.

- São dois os convênios odontológicos. Um é do Dr. Maurício Cardenal, que oferece (com desconto de 50% de tabela da Associação Brasileira de Odontologia e com a comprovação, por escrito, do desconto oferecido e material usado nos atendimentos), os seguintes serviços: tratamento odontológico nas áreas de prótese, endodontia e dentística - rua Outono, 351, sala 13 - Carmo Sion (227.1094).

- O outro convênio odontológico foi firmado com a Dra Maria de Freitas - rua Tomé de Souza, 860, sala 801-Savassi, em Belo Horizonte. Os descontos variam de acordo com o serviço prestado. Tel: 261.5358.

- Na drogaria Vacha - rua Santa Cruz, 635, no Gutierrez, o desconto é de 15% para os inscritos no CRP-04. Mais informações pelo tel.: (031)371.1680.

- E quem quer aulas particulares de francês e tradução de textos de Psicologia tem desconto especial com Rogério - rua Goitacazes, 211, sala 603, em Belo Horizonte. Tel. 224.1524.

- Na Cooperativa Editora e de Cultura Médica Ltda o psicólogo pode optar entre as três lojas, que vendem desde livros nacionais e importados, roupas, calçados e acessórios, até material escolar e editoração de obras e importação direta de produtos. Endereços: av. Bernardo Monteiro 930 e av. Alfredo Balena, 190, ambas no bairro Santa Efigênia, além de uma loja na av. Antônio Carlos, 6.627, Bloco M1 - ICB-UFMG. Contatos: 273.1955 e Fax: 226.7955.

A Universidade Gama Filho estará coordenando dois cursos de pós graduação latu sensu de interesse dos psicólogos: "Psicopedagogia do Movimento Humano na Pré Escola" e "Psicologia Junguiana". A primeira fase acontece em julho de 1994 e a segunda, em janeiro de 1995. No total, 360 horas/aula. A Coordenação Pedagógica é da Universidade Gama Filho e a Coordenação regional é da Atenas Promoções: (0132) 22.7229.

A Associação Brasileira de Psicopedagogia promove, no período de 8 a 10 de julho próximo, em São Paulo, o VI Encontro de Psicopedagogos, que terá como tema central A Psicopedagogia Institucional. Outras informações podem ser obtidas pelo tel-fax: (011)212.0392 - Rua Dep. Lacerda Franco, 86 sala 213 - 05418-000, São Paulo, SP.

No dia 1 de agosto começa, em Belo Horizonte, um curso de Psicomotricidade, que terá carga horária de 24 horas (3 meses), com encontros semanais de 90 minutos. É dirigido a profissionais e estudantes da área da Psicologia e é subdividido em três módulos. Para saber mais: (031)464.0888 - Rua Padre Vieira, 255, Belo Horizonte, MG.

Será em Campinas o XVII International School Psychology Colloquium e o II Congresso Nacional de Psicologia Escolar. Com o tema "O desafio da Psicologia Escolar: o futuro da criança na escola, família e sociedade", será realizado no período de 24 a 28 de julho próximo. Informações: ISPA 94 - Secretaria do Congresso - Raquel Guzzo - CEAP - PUCCAMP Campus I - Rod. Dom Pedro I, Km 136 - 13020-904 - Campinas, SP. Fone: (0192) 520478 e fax: (0192) 55197 e 528472.

A Sociedade de Estudos da Família oferece dois cursos teórico-práticos para psicólogos e médicos. O primeiro, "Psicoterapia Familiar", acontece no período de 4 a 14 de julho. O segundo, "Psicoterapia Conjugal", será realizado no período de 5 a 9 de setembro. Outras informações podem ser obtidas junto a Sefam: rua Havaí, 325 - CEP 01259-000 - Sumaré, SP. Tel.: (011)65.6049. Fax.: (011) 871.3677.

Nos dias 1 e 2 de julho será realizado o Módulo 4 do curso intensivo de Psicologia Hospitalar, que pode ser cursado, por profissionais ou estudantes, independente de participação nos módulos anteriores. Entre os temas, destacam-se "Ética Profissional" e "Onipotência do Médico X Onipotência do Psicólogo". O curso, que terá carga horária de 12 horas/aula, será promovido à rua Domingos Vieira, 343 - sala 704, em Santa Efigênia, Belo Horizonte, MG. Informações: (031)241.3882 e 375.7112.

O Setor Mineiro do Campo Freudiano realiza, no espaço da biblioteca, a partir das 20h do dia 17 de junho, a atividade "Conexões". Trata-se de um espaço onde se pretende trabalhar alguns significantes que circunscrevem o campo institucional. O primeiro tema proposto para discussão com outras áreas será "Equipes Autônomas". E no dia 1 de julho acontece "Resenhas", atividade em que se privilegiará alguns artigos para comentários dos membros do Setor Mineiro. Também a partir das 20h. Inscrições e informações: (031)291.8039 - Rua Santa Catarina, 1251, Lourdes - Belo Horizonte, MG.

O Jornal do Psicólogo está reservando um espaço para você, psicólogo inscrito no CRP-04, anunciar gratuitamente oferta de consultórios, sublocação etc, exceto para divulgação de seu trabalho. Para incluir anúncio nesta coluna basta enviar um texto de duas linhas datilografadas de 72 toques ao CRP-04. Este espaço está aberto a todos os profissionais de Minas e do Espírito Santo.

Procurando psicólogo para dividir consultório já montado, com telefone, no bairro Santo Agostinho, próximo à Assembleia Legislativa. Tratar com Lídia Lima: 681.1765

Alugo sala ou divido horário em consultório (individual ou coletivo), na Savassi. Tratar com Dulce: 344.2287

Sublocação horários em consultório de Psicologia. Mobiliado (adulto ou criança), ótima localização, rua São Paulo, 1631, sala 902, em Lourdes. Tratar com Dulce ou Zélia: 461.2486.

Divido consultório na Savassi com psicólogo. Tratar com Lúcia: 473.2252.

Sublocação - consultório montado com telefone. Av. Amazonas, 314 sala 2004. Tratar com Bernadete: 442.8448.

Sublocação de consultório no período da manhã. Sala montada para atendimento à adolescente e adulto (individual e grupo) na av. Afonso Pena, 3130, sala 906. Fone: 225.9144, com Lívia.

Sublocação consultório de Psicologia montado, com telefone, secretaria eletrônica, sala de espera, porteiro 24 horas e vaga na garagem. Prédio novo na zona sul. Contato: Maria Teresa. Fones: 225.1733 e 371.2545.

Sublocação de sala em clínica no bairro Santo Antônio. Tratar pelo tel: 296.7680.

Sublocação - Consultório na rua Guajajaras, 910, sala 703. Falar com Andréa Souza Nascimento. Tel: 226.2616.

Algo de Novo no Front

R
E
V
I
S
T
A

Ética

Dos 20 micro-congressos regionais, foram extraídas duas propostas pertinentes à ética profissional, as quais indicam alterações do Código de Ética dos Psicólogos. A primeira proposição é de reintegração, até com outra redação, do artigo 5, no capítulo que trata das responsabilidades e relações para instituições empregadoras e outras. Foi indicada também a revisão do código, com destaque especial à identidade e à postura do psicólogo, e com ênfase aos possíveis transtornos psicopatológicos de que ele possa ser portador. O objetivo é oferecer ao Conselho informações sobre exercício ilegal de profissão, desvios na relação com o cliente e nas relações com outros profissionais em trabalhos interdisciplinares. Essa proposta inclui o problema de seleção dos alunos a partir de uma possível patologia (psicotécnico para estudantes) propondo às faculdades uma pré-qualificação dos alunos.

Exercício Profissional

No total, foram encaminhadas ao Congresso Regional Constituinte 23 propostas, das mais variadas, relativas ao exercício profissional. De forma geral, a preocupação dos profissionais concentra-se na preservação de seu mercado de trabalho, em sua remuneração e jornada de trabalho.

Foram propostos desde indicativos de jornadas de trabalho, piso salarial, isonomia salarial para o profissional de equipe multiprofissional, dois vínculos empregáticos no serviço público, até a inclusão do psicólogo na escola pública e a obrigatoriedade de empresas com mais de 200 funcionários contratarem um psicólogo. Quanto aos instrumentos psicológicos, recomendou-se sua regulamentação e maior rigor em seu uso, sendo limitado aos profissionais de Psicologia.

A preservação do mercado de trabalho também está presente na reivindicação de que seja garantido somente ao psicólogo o atendimento em psicoterapia e, ainda, na proposta de

Neste número o que está em Revista é a Psicologia. O exercício e a formação profissional são hoje os principais temas de debate entre os psicólogos, que se preparam para uma grande revira-volta na profissão: a perspectiva de alteração da legislação que rege a Psicologia no País. Esta mudança será possível com a realização, no próximo mês de agosto, em São Paulo, do Congresso Nacional Constituinte da Psicologia no Brasil. Algumas das propostas a serem encaminhadas a este fórum nacional foram elaboradas por psicólogos mineiros e capixabas, que participaram dos 20 micro-congressos regionais realizados no período de março a maio deste ano e, depois, do Congresso Regional Constituinte, promovido nos dias 21 e 22 de maio. Até o fechamento desta edição do Jornal do Psicólogo, o evento regional não havia sido concluído. Por enquanto você fica sabendo quais foram as proposições apreciadas no evento regional. E no próximo número, divulgaremos aquelas que, aprovadas, serão levadas ao fórum nacional e que podem, efetivamente, mudar os rumos da Psicologia no Brasil.

que a matéria Psicologia deve ser privativa do psicólogo em qualquer curso secundário ou superior.

A necessidade de definição do papel do psicólogo foi um apontamento não só para a área da Educação como também para os profissionais que trabalham junto à comunidade. Alguns profissionais ressaltaram que deve ser assegurado como competência exclusiva do psicólogo o trabalho a nível comportamental, além da reformulação no texto do CBO no que tange às atribuições do psicólogo na empresa.

Deve-se exigir, na opinião de alguns, que o exercício da Psicanálise seja exclusivo do psicólogo, sendo que os mesmos devem ser submetidos ao processo psicoterápico como parte de sua formação. Há também a proposta de reivindicação junto ao Ministério da Saúde para que se remunere o trabalho do psicólogo da área hospitalar e que o SUS pague o pro labore aos psicólogos contratados. Sugerida, ainda, a alteração da lei 4.119, substituindo a expressão "solução de problemas de ajustamento" para "atendimento em psicoterapia e psicanálise".

Formação Profissional

As propostas sobre a formação profissional para o Congresso Regional Constituinte destacam, em sua maior parte, a necessidade de revisão curricular, com ênfase numa abordagem ética e coletiva.

Foi proposta, por exemplo, a introdução de conteúdos como Saúde Pública, Informática Aplicada à Psicologia, Administração de RH, Legislação de Política Social, além da necessidade de estudo de Psicologia contextualizada à realidade brasileira. Deve-se, na opinião de alguns, incentivar a posição crítica, incluindo a pesquisa, metodologia e filosofia. Indicada para as disciplinas básicas a abordagem da ética.

Foi sugerida uma mudança estrutural na formação profissional: a proposta é de que esta seja desenvolvida em dois tempos, sendo que no primeiro, seria de cunho generalista, dedicado a visão do homem em seus aspectos filosóficos, antropológicos e sociais. No segundo tempo, o investimento seria na formação de especialista. Uma segunda proposta, apresentada por outro grupo de profissionais, aponta somente para a formação generalista.

Há ainda uma proposição, de ordem prática, que sugere a constitu-

ção de um fórum no Congresso Nacional Constituinte da Psicologia para reforma do currículo mínimo do curso de Psicologia. As outras sugestões indicam, principalmente, a necessidade de maior rigor na formação acadêmica, terapia para todos os alunos e aumento da carga horária para estágio.



Saúde

Basicamente, foram três as propostas da categoria para a área da saúde. A começar pela criação de núcleos de trabalho, fóruns de debate micro-regional, regional e estadual. Indicada também a formação contextualizada para a saúde pública, sendo que a busca de novos modelos deve ser acompanhada pela Câmara de Saúde do CRP-04. E, finalmente, a terceira proposta, que prevê a inclusão de Psicologia na área de saúde, mas desde que se reformule o conceito de saúde, fugindo do modelo médico tradicional. Esta proposição considera também o comprometimento do psicólogo com esse modelo ampliado, incluindo o direito à cidadania, condições sanitárias, de alimentação, bem estar físico e mental e direitos civis.

Institucionalização

A questão da institucionalização mereceu dois grupos distintos de propostas, extraídas dos 20 micro-congressos regionais. Enquanto alguns profissionais privilegiam a interação entre o CRP-04 e as instituições formadoras e o incentivo à produção científica, outros psicólogos reivindicam para o Conselho as funções de Sindicato, apontando a necessidade de fiscalização e também de proteção do mercado de trabalho.

A necessidade de interação entre o CRP-04 e as instituições formadoras pode ser exemplificada pelas seguintes propostas: "Que o material produzido nas camaras dos conselhos circule nos órgãos formadores", "Maior controle do CRP-04 na abertura de novas escolas"; "Conselho e escolas em fórum permanente de discussão de formação ética"; "Escola e conselho estimulem a idéia de investigação e produção", "que o CRP-04 tenha um representante de cada uma de suas câmaras nas faculdades" e, ainda, que "Conselho deve continuar a ampliar seus serviços junto às instituições formadoras".

Para o Conselho também foi sugerido o papel de acompanhamento dos diferentes grupos de estudos existentes, além de ser propiciador de conhecimento e pesquisas de novas práticas terapêuticas. Proposta também a organização de encontros do campo da clínica, agenciando e divulgando a produção científica das mesmas e que a entidade incentive, subsidie e crie associações de profissionais por abrangência teórica.

Quanto à forma de representação do CRP-04, foi sugerida desde a extinção das diversas instituições de representação de classe e criação de uma única entidade de representação nacional com redes regionais em todos os Estados, até a proposta de que o Sindicato seja parte integrante dos Conselhos. Para alguns, CRP-04 deve continuar protegendo a sociedade, mas deve proteger o profissional também, incluindo as questões corporativistas, salariais e de atuação.

As outras propostas são bastante diversificadas, entre elas, a extinção do voto obrigatório para todas as entidades de representação, a manutenção da filiação compulsória e a descentralização do CRP-04. Foi proposta como competência do Conselho até mesmo a definição de quais práticas alternativas caberiam ao psicólogo. Outra recomendação é a remuneração do trabalho dos conselheiros.

Psicólogos de Minas e Espírito Santo reuniram-se em micro-congressos regionais, no período de março a maio, para elaboração e votação de propostas para o Congresso Regional Constituinte. Agora você vai conhecer algumas delas, por região.

Barbacena

Propostas da categoria para o Congresso Regional: revisão curricular, com criação de novas disciplinas; descentralização do CRP-04; participação do Conselho na elaboração de portaria do SUS; criação de leis que assegurem autonomia, atribuições e reconhecimento legal do psicólogo; controle do CRP-04 na abertura de novas escolas; jornada de trabalho de 20hs semanais; piso salarial; isonomia salarial em equipe multiprofissional; inclusão do psicólogo em escola pública; manutenção do artigo 5 do Código de Ética dos Psicólogos.

Contagem

Os profissionais propuseram: a formação profissional, que privilegia a clínica, deve ser voltada para equipe multiprofissional; que as escolas mudem postura de convivência com a questão política do país e o mecanismo de controle de profissionalização.

Espírito Santo

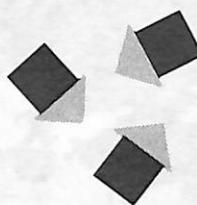
No Espírito Santo, as propostas foram de: aumento de carga horária do estágio obrigatório; restringir a criação de novas escolas ao setor público; extinção das diversas instituições de representação de classe e sua substituição por um única entidade de representação nacional com redes regionais; divulgar a Psicologia enquanto profissão; extinção do voto obrigatório para todas as entidades de representação; isonomia salarial em equipe multiprofissional; dois vínculos empregatícios no serviço público; que seja privativo do psicólogo a matéria Psicologia em qualquer curso secundário ou superior; piso salarial para os psicólogos.

Ipatinga

Entre as principais proposições, destacam-se: a elaboração de um programa básico de ação para o CRP-04, evitando descontinuidades a cada gestão; postura de fiscalização e orientação por parte do Conselho; exigir regulamentação e maior rigor no uso dos instrumentos psicológicos; definição da função e identidade do psicólogo; exigir que o exercício da Psicanálise seja exclusivo dos psicólogos.

Juiz de Fora

A categoria propõe: formação profissional em dois tempos: generalista e depois, especialista; pré-qualificação dos alunos com seleção a partir de uma possível patologia; redefinição do papel do psicólogo na Educação; revisão do exame psicotécnico; estratégias de intervenção delimitadas do psicólogo nas empresas; clareza do papel do psicólogo na comunidade; inclusão da Psicologia na área da saúde; revisão do Código de Ética dos Psicólogos.



Montes Claros

No município e região, os profissionais propuseram a divulgação da Psicologia enquanto profissão, bem como a fiscalização e orientação por parte do Conselho. Colocaram em questão a escola formadora como sustentação em relação ao trabalho.

São João del Rei

Na região, as principais indicações foram: troca de experiência entre os profissionais nas escolas; revisão curricular com ênfase no estudo da Psicologia contextualizada à realidade brasileira; psicoterapia para os alunos; criação de uma única entidade de representação em substituição às existentes; circulação, nas escolas, do material produzido no Conselho; que escolas e conselho constituam fóro permanente de discussão de formação ética e estimulem investigação e produção; além de vinculação do CRP-04 com o Conselho Municipal de saúde como mecanismo de fiscalização do exercício profissional.

Poços de Caldas

A categoria votou: revisão curricular, com inclusão de novas disciplinas; criação de núcleos de trabalhos, forums de debate micro-regionais, regional e estadual; descentralização do CRP-04.

Sete Lagoas

O que os profissionais de Sete Lagoas e região querem é: rigor na formação acadêmica; revisão curricular considerando as demandas atuais; implantação da residência psicológica obrigatória; revisão do código de ética; isonomia salarial para profissional de equipe multiprofissional; reivindicação junto ao Ministério da Saúde para que se remunere o trabalho do psicólogo que atua na área hospitalar e que o SUS pague o pro labore aos psicólogos; extinção do voto obrigatório para as entidades de representação; manter a filiação compulsória; sindicato dos psicólogos ser parte do Conselho; criação de uma cooperativa de trabalho.

Uberaba

A proposta dos profissionais prevê: revisão curricular com incentivo à crítica; após a graduação, necessidade de avaliação na atuação da especialidade; faculdades propiciem laboratórios nas diferentes especialidades; divulgação da psicologia enquanto profissão; manutenção da filiação compulsória no CRP-04; voto opcional no CRP-04; postura de fiscalização e orientação; conselho deve ter representantes nas faculdades; não deve ter linha partidária; sindicato ser parte do Conselho, que deve reconhecer e acompanhar os diferentes grupos de estudos; remuneração para o trabalho dos conselheiros; isonomia salarial; formação contextualizada para Saúde pública.

Uberlândia

Para o Congresso Regional, os profissionais indicaram: revisão curricular, com inclusão das disciplinas Saúde Pública, Informática Aplicada à Psicologia, Administração de Recursos Humanos, Legislação da Política Social; Especialização nas escolas através de Residência em Psicologia Social; exercício da psicoterapia como direito do psicólogo; filiação compulsória acompanhada de conscientização dos inscritos; definir que práticas alternativas caberiam ao psicólogo; voto opcional; postura de fiscalização e orientação; CRP-04 incorporando questões corporativas.

Varginha

A categoria de Varginha e localidades vizinhas aponta para: criação da figura de orientador dentro das universidades; processo psicoterápico para os alunos; extinção das diversas instituições de representação e criação de uma única, de âmbito nacional, com redes regionais; fiscalização e orientação por parte do CRP-04, que deve abranger questões corporativas; descentralização do Conselho; defesa do campo profissional.

Referência Mínima

Às Clínicas, Empresas e profissionais Prestadores de Serviços de Psicologia Organizacional. Assunto: Referência Mínima de Honorários para a área de Recursos Humanos. Tabela com valores atualizados para o período de 01 a 30 de maio de 1994. O Conselho Regional de Psicologia 4º Região MG/ES leva ao conhecimento de seus inscritos e demais pessoas interessadas o valor da UP - Unidade de Serviços de Psicologia - para o mês de maio de 1994:

UP = CR\$ 490,80

Os serviços abaixo descritos passam, portanto, a ter os seguintes valores mínimos para sua prestação:

Recrutamento: (por vaga preenchida)
OBS: a partir de 01/06/93 cobrança percentual em relação ao salário do cargo (Custo Empresa).

Até 1 salário mínimo e meio: 100%
Acima de 1 salário m. e meio: 75%

• Avaliação Psicológica: (por laudo)

Nível Operacional:
55 UPs = CR\$ 26.994,00

Nível Técnico:
80 UPs = CR\$ 39.264,00

Nível Superior:
100 UPs = CR\$ 49.080,00

• Treinamento: (por hora de atividade)
130 UPs = CR\$ 63.804,00

• Consultoria: (por hora de atividade)
200 UPs = CR\$ 98.160,00

Para quaisquer esclarecimentos, entre em contato: (031) 261-1146.

HONORÁRIOS



Representantes e articuladores do CRP-04 em Minas Gerais e no Espírito Santo.

• Escritórios Setoriais:

Espírito Santo (EES) - Representante: Maria Tereza da Silva Cardoso - Praça Getúlio Vargas, 35 sl 820 Centro, Vitória, ES CEP 29010-350. Tel.: (027) 222-7394.

Triângulo Mineiro (ESTM) - Representante: Vicente de Paula Marques de Almeida - Rua João Pinheiro, 546/16 - Piso B, Centro. Uberaba - CEP 38010-040 - Tel.: (034) 333-6522.

Zona da Mata (EZM) - Representante: Américo Galvão Neto - Avenida Barão do Rio Branco, 2.679/810 - Ed. Stela Central, Juiz de Fora. CEP 36010-012 - Tel.: (032) 215-6779.

• Articuladores:

Araguari: Lúcia Santos Coelho - R. Uberaba, 266, Centro. 38440-000. Tel.: (034) 241-3179
Araxá: Aparecida Maria de Souza Borges Cruxinel - Rua Doutor Edmar Cunha, 219 A, Centro. CEP 38180-000. Tel.: (034) 661-4108

Cachoeiro do Itapemirim: Carmen Lúcia Rocha de Jesus Grillo - Av. Pinheiro Júnior, 23, Centro. CEP 29307-300 Espírito Santo. Tel.: (027) 521-0944 Ramal 1494

Divinópolis: Arlete Marchiori Macedo Diniz - Rua Minas Gerais, 655/214.

CEP 35500-007. Tel.: (037) 221-9398 e 221-1979.
Governador Valadares: Sandra Alhade Silva - Avenida Minas Gerais, 700/112, Centro. CEP 3510-151. Tel.: (033) 271-6471.

Ituiutaba: Sônia Divina Costa Rosado - Rua João Martin de Andrade, 363-A, Platina. CEP 38300-000. Tel.: (034) 261-3281.

Montes Claros: Ana Cristina Coulou Amorim - Avenida Santos Guimarães, 123, Sagrada Família. CEP 39401-014. Tel.: (038) 221-1586 e 221-2115.

Muriaé: Margarida Maria Paulo Rodrigues - Rua Barão de Monte Alto, 125/113. CEP 36880-000. Tel.: (032) 721-0510.

Patos de Minas: Márcia Campos de Andrade - Rua José Alves Coelho, 125, Aurélio Caixeta. CEP 38700-000. Tel.: (034) 821-2040.

São João del Rei: Maria Tereza Antunes Albergaria - Praça Guilherme Milwai, 52. CEP 36300-000. Tel.: (032) 371-4167.

Ubá: Maria de Fátima Paula de Souza - Av. Comendador Jacinto Soares de Souza Lima, 1052/201. CEP 36500-000. Tel.: (032) 371-4167.

Uberlândia: Márcia de Oliveira Prala - Av. Cesário Alvim, 14 sl 1503, Centro. CEP 38400-043. Tel.: (034) 234-8372 e 235-5258.

Este artigo, enviado para o Jornal do Psicólogo, é uma contribuição do psicólogo José Horácio Querido, chefe da Divisão de Provimento de Pessoal e Psicologia do Trabalho da Cemig.

Acompanhamento psicológico na empresa

José Horácio Querido

O TRABALHO - O ponto de referência do acompanhamento psicológico, tanto para o empregado quanto para a empresa, é o trabalho. Atualmente o trabalho vem sendo considerado como um valor, talvez universal.

No tempo dos romanos o trabalho era algo indigno do homem livre, tornando-se atribuição dos escravos. No início do seu dia o patrício romano dava as ordens, em sua casa, para as diversas tarefas do dia, que seriam executadas pelos escravos; depois dirigia-se para a praça, para o fórum a fim de conversar, discutir a respeito de filosofia, política ou arte.

Hoje em dia todo mundo quer ter seu trabalho, mesmo aqueles que não trabalham, "fazem de conta" e afirmam ter atividades, estarem sobrecarregados.

Quando um indivíduo perde seu emprego ou trabalho, ele se sente desavornado, humilhado, diminuído diante dos outros.

Todos sentimos em nossa sociedade a importância do trabalho como um valor que deve fazer parte de nossa vida. Além de valor, o trabalho é também um meio para se chegar a outros objetivos.

O que o indivíduo almeja através do seu trabalho? O que a empresa busca por intermédio da utilização da força de trabalho?

Através do trabalho o indivíduo busca conseguir recursos para prover a sua subsistência e a daqueles que estão a ele ligados: esposa, filhos, parentes. Intenta alcançar, além dessa pura sobrevivência, uma melhoria material nas suas condições de vida, traduzida em mais conforto, menos imediatismo e mais auto-satisfação e bem-estar.

A empresa, por seu lado, quer que cada empregado realize suas tarefas da maneira mais apropriada e com o menor custo possível.

Os objetivos individuais e os objetivos empresariais podem parecer, à primeira vista, inconciliáveis: cada lado desejando maior quantidade de benefícios para si, o que poderia implicar, de maneira excludente, em menos trabalho de um lado ou menos pagamentos do outro. Mas esses objetivos podem compatibilizar-se e, na prática, isso

acontece, já que as empresas existem e funcionam.

O que vai suceder então, quando a peça principal da empresa, da organização, que é o trabalhador, começa a funcionar de modo insatisfatório ou mesmo defeituoso? Em outras palavras: quais são as consequências de um desajuste emocional do trabalhador?

Para o empregado vai ser a perda de eficiência, a queda na produtividade, o desempenho incorreto, que em espiral deteriorante tende a tornar-se cada vez pior. Isso sem levar em conta o aspecto individual de desânimo, perda de auto-estima e auto-confiança, entre outras ocorrências internas.

Pelo lado da empresa as consequências serão a baixa produtividade, o custo maior, agravados no caso de uma substituição do empregado, com a consequente perda do investimento-treinamento feito.

O ACOMPANHAMENTO - Aqui entra o acompanhamento psicológico como um recurso do qual a organização pode dispor em vista de seus objetivos de melhor produção com menor custo. Em termos de custo-benefício o que é despendido com um empregado em acompanhamento psicológico resulta menos oneroso que sua pura e simples substituição ou a permanência da dificuldade incapacitante ou limitativa das atividades.

Vejamos como exemplo típico um técnico de uma empresa de energia elétrica. Após sua admissão na empresa o empregado passa por um período de preparação técnica nos órgãos especializados (setores apropriados, escola de formação profissional) onde permanece dois, quatro ou até seis meses totalmente a cargo da empresa, além de receber normalmente o seu salário.

Depois dessa formação escolar, digamos assim, vem o período de estágio que dura de seis meses a um ano: nesse período o empregado é acompanhado por outro técnico mais experiente; temos então dois técnicos realizando o trabalho de um e freqüentemente de maneira mais morosa. Suponhamos agora que esse técnico já treinado, sofra, por qualquer razão (funcional, familiar, ambiental) um desajuste emocional

que passe a interferir em seu trabalho

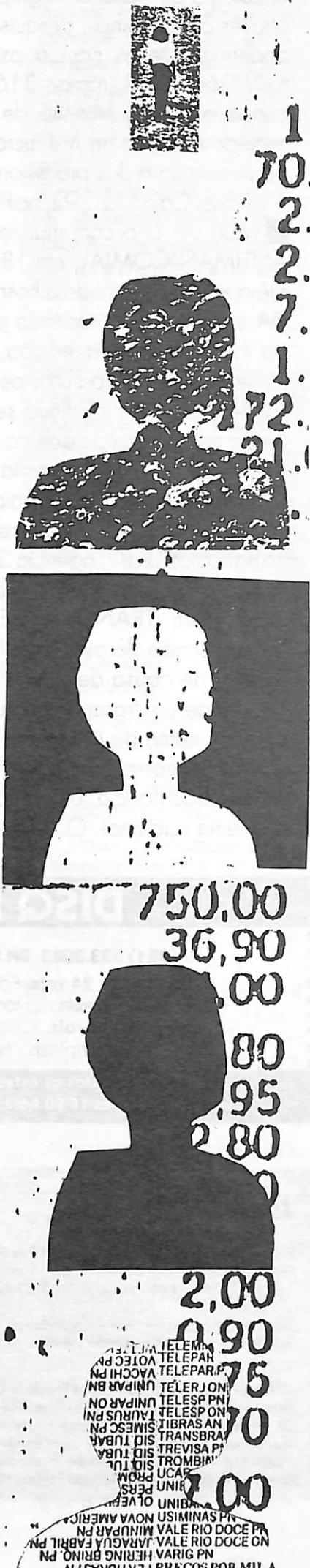
A empresa ver-se-á com essa ocorrência, diante de um dilema: demitir esse empregado e providenciar sua substituição, refazendo com o novo empregado todas as etapas de treinamento, perdendo (digamos desperdiçando) todo o investimento feito na pessoa do demitido; - manter o empregado parcialmente incapacitado, com as consequências de baixa produtividade (= custos) e o risco de acidente, às vezes grave e até fatal.

Esse dilema, no entanto, não é real, posto existir uma terceira alternativa: a utilização de profissionais de Psicologia na recuperação do empregado e, de maneira mais efetiva, na prevenção dos desajustes e das perdas de capacidade laboral do mesmo. Temos assim as justificativas para a existência do acompanhamento psicológico na empresa.

A justificativa econômico-financeira relaciona-se com a valorização, preservação e possibilidade de adequada utilização do investimento feito na pessoa do empregado como instrumento indispensável da produção de bens. A justificativa social é aquela ligada aos deveres da empresa, que fazendo parte da sociedade, não pode deixar de respeitar seus componentes, devendo ser, em última análise, meio propício ao bem-estar individual.

A pessoa, quando entra para a organização, está em boas condições gerais de saúde (para verificação dessas condições é submetida a testes e exames médicos). Se agora a pessoa não está bem, apresenta algum desequilíbrio, isso acontece-lhe como empregado, ainda que sua dificuldade possa parecer, à primeira vista, unicamente particular. Em termos de obrigação social, a empresa não pode descartar-se desse empregado como se fosse o bagaço de uma fruta da qual já se tenha extraído o suco.

Existe, ainda, uma justificativa de cunho individual. O empregado, através do acompanhamento psicológico, pode voltar a valorizar-se, valorizar seu trabalho. Quanto melhor o indivíduo estiver consigo mesmo, melhor para a empresa, já que ele vai proporcionar, cada vez mais adequadamente, aquilo que dele se espera em termos de atuação profissional.



A I Conferência Mineira de ÉTICA e Saúde realizada por dez conselhos regionais da área da saúde priorizou as demandas da POPULAÇÃO. Os avanços estão no Relatório Final. (confira na página 11 desta edição). ■ A Puc de Minas está oferecendo três vagas para RESIDÊNCIA em Psicologia na área de saúde mental, no Hospital Galba Veloso. As inscrições para o CONCURSO podem ser feitas do período de 30 de maio a 6 de junho de 94 na Secretaria do Curso de Psicologia da Puc, de 7h às 12h ou de 17h às 21h - av. Dom José Gaspar, 500 - Prédio 12, sala 202. ■ A crescente preocupação e reflexão com a questão do TRÂNSITO no Brasil motivou a criação, em Curitiba (PN), de um Grupo de Estudos em Psicologia do Trânsito. O grupo propõe a troca de informações através de trabalhos, pesquisas, artigos e textos. Os contatos podem ser feitos com a psicóloga Adriane pelo telefone: (041)366.2233, ramais 316 e 388 ■ Em Belo Horizonte foi criado o Grupo Mineiro de Psicologia HUMANISTA, uma sociedade civil sem fins lucrativos, que tem como objetivo o aprimoramento dos profissionais. O endereço do grupo é rua Aristóteles Caldeira, 292, no Prado. Telefone: (031)332.0175. ■ Mais um ano com manifestações no dia nacional da luta ANTIMANICOMIAL, em 18 de maio. A campanha continua até a revisão do modelo hospitalocêntrico. ■ Muito ELOGIADA a revista Plural, editada pelo Departamento de Psicologia da Fumec. A cada edição, um tema diferente. No último número, destaque para os pensamentos de Alain Badiou. ■ E saúde neste País continua sendo SINÔNIMO de carência. Quem precisa muito de ajuda é Isabella, uma menina de 5 anos com diagnóstico de leucemia mieloblástica aguda. Ela precisa URGENTEMENTE de transplante de medula. Sua contribuição pode ser depositada em nome de Isabella de Mendonça Rocha no Banco do Brasil, agência 3495-9, conta 11521-5, em Belo Horizonte. Com o mesmo problema, falta de condições para realizar um TRANSPLANTE, está Afonso Celso dos Reis Goiatá, irmão do psiquiatra Francisco Goiatá. Vítima de uma doença de causa desconhecida, Colangite Esclerosante, ele precisa de um transplante de fígado. Quem puder, CONTRIBUA em nome de Afonso no Banco do Brasil, agência 3368-5, Savassi, conta 104021-9, em Belo Horizonte. ■ E finalmente, uma boa notícia: o País parece estar conseguindo reerguer o cinema nacional. O fenômeno tem nome: LAMARCA.

DISQ FREUD

RJ (021) 533.3083 BH (031) 330.5500 Bip JLM

- **Português 24 vols.** Editora Imago - 60% desconto
- **Castelana 25 vols.** Editora Amarrortu - 30% desconto
- **Espanhol 3 vols.** Editora Nueva - 30% desconto
- Obras completas - Nova Edição - Garantia

Atendemos a todos os estados • Entregamos a domicílio
Horário: 9:00 às 18:00 horas • CGC: 31 558 786/0001-80

Jornal do Psicólogo

Publicação do Conselho Regional de Psicologia 4ª Região (MG/ES) - CRP-04
Rua Tomé de Souza, 860/10º andar - Savassi - CEP 30140-131 - Belo Horizonte-MG.
Tel.: (031) 261-1146 - Telex: (031) 392882 - Fax: (031) 261-6143

Diretoria: Mariana de Campos Mendonça, presidente; Edith Lins Eto, vice-presidente; Cristina Ribeiro de Figueiredo Teixeira, secretária; Zulma Canuto, tesoureira.

7º Plenário: Conselheiros: Carus Trindade Guimarães; Cristina Ribeiro de Figueiredo Teixeira; Edith Lins Eto; Elvira Lídia Pessoa de Oliveira; Manoel Mata Machado; Márcia de Oliveira Prata; Maria Carmen Lopes Albrickere Barbosa; Mariana de Campos Mendonça; Raymonde Jouanneau Saraiva; Regina de Mont'Alverne Neto; Ronaldo Pazini Marangoni Júnior; Simone Maria Machado da Silveira; Sônia Maria de Brito Marques Porto; Susana Cançado Teatini; Vicente Almeida; Zulma Canuto. Conselheiros Federais: Ricardo Figueiredo Moretzsohn e Vera Lúcia Dias (efetivos); Gerson Alves Vieira (1º suplente); Coordenadoria Técnica: Hélio Amorim; Assessoria Jurídica: Rodrigo da Cunha Pereira

Badiou

Roberto Schimidlin - Jornal do Psicólogo

"É com satisfação que escrevo para manifestar a você a minha solidariedade. Gostei imensamente da sua matéria - comentando a entrevista do Alain Badiou. Há muito o que dizer, mas você já disse e isso me folga e, tenho certeza, que também a muitos outros profissionais.

Você é claro e realista se opondo a tanta restrição de mundo e pensamento (...).

Alain Badiou foi ingênuo e esse purismo laboratorial que ele tentar configurar acaba em preconceito. É argumento de autoridade mais do que qualquer outra coisa, é discriminatório e arrogante.

Obrigada por sua fala, pela sua lucidez e por você representar a voz de tantos nesse momento.

Hyde M. M. Azevedo

Belo Horizonte (MG)

Pós-graduação

"Primeiramente gostaríamos de agradecer em nosso nome e em nome da Universidade Gama Filho, do Rio de Janeiro, o apoio dado por este Conselho aos cursos por nós organizados à nível de pós-graduação e que foram divulgados pelo JORNAL DO PSICÓLOGO no ano de 1993. Tivemos uma procura surpreendente de profissionais desta região (MG e ES) e alguns estão cursando aqui em Santos os referidos cursos.

Continuamos nossas realizações e estaremos coordenando mais dois cursos que interessam aos psicólogos: "Psicopedagogia do Movimento Humano na Pré-Escola" e "Psicologia Junguiana". (...)

Desde já pedimos novo apoio para divulgação no JORNAL DO PSICÓLOGO.

Coordenação de Cursos de Pós-Graduação

Regional Santos (SP)

Assinaturas

"Sou estudante universitário e através da biblioteca de minha faculdade tenho acesso ao Jornal do Psicólogo, que muito me auxiliou e muito me auxilia em meus estudos. O único inconveniente é que o mesmo não pode ser retirado, sendo permitida apenas consulta local. Por esse motivo não posso levá-lo à sala de aula para discussão ou mesmo no serviço para debate. Tentando contornar esse problema é que estou escrevendo em busca de informações sobre a possibilidade de assinar o jornal". (...)

Márcio Roberto Marchiotto

Santo André (SP)

"Li um número do Jornal do Psicólogo e adorei. Sou estudante de Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina e gostaria de ter informações sobre a minha área. Gostaria de fazer uma assinatura do jornal, mas para isso, teria que ter algumas informações." (...)

Fabiana Mendes Fernandes

Tubarão (SC)

"Sou estudante do 4º período de Psicologia da Universidade Vale do Rio Doce (Univale). Gostaria de fazer o cadastramento como leitor do Jornal do Psicólogo. Tive o prazer de ler alguns exemplares e gostaria de parabenizá-los pelo alto nível das publicações.

Alessandra Coelho

Governador Valadares (MG)

JP Responde: O CRP-04 ainda não instituiu o sistema de assinaturas do Jornal do Psicólogo, o que, esperamos, será feito em breve. De todo modo, estaremos cadastrando o nome dos interessados para recebimento da publicação e, posteriormente, para a efetuação das assinaturas solicitadas.

Cartas para a redação: Conselho Regional de Psicologia 4ª Região (MG/ES) - CRP-04 - Assessoria de Comunicação Social - Rua Tomé de Souza, 860/10º andar, Savassi - Belo Horizonte-MG - CEP 30140-131. Este também é o endereço para envio de informações, inclusive para a página Interurbano, artigos e apresentação de teses para divulgação no Jornal do Psicólogo. Os textos devem ser encaminhados com o número de telefone para contato e endereço. Os assinados devem ter, em média, 80 linhas datilografadas, breve currículo profissional e, no caso das teses, indicação dos locais onde possam ser pesquisadas pelos interessados.

ros Federais: Ricardo Figueiredo Moretzsohn e Vera Lúcia Dias (efetivos); Gerson Alves Vieira (1º suplente)

Coordenadoria Técnica: Hélio Amorim;
Assessoria Jurídica: Rodrigo da Cunha Pereira

Edited by the Assessoria de Comunicação Social do CRP-04

Jornalista responsável: Andréa Rocha (MTb 4203/MG)

Programação visual: Marcelo Xavier

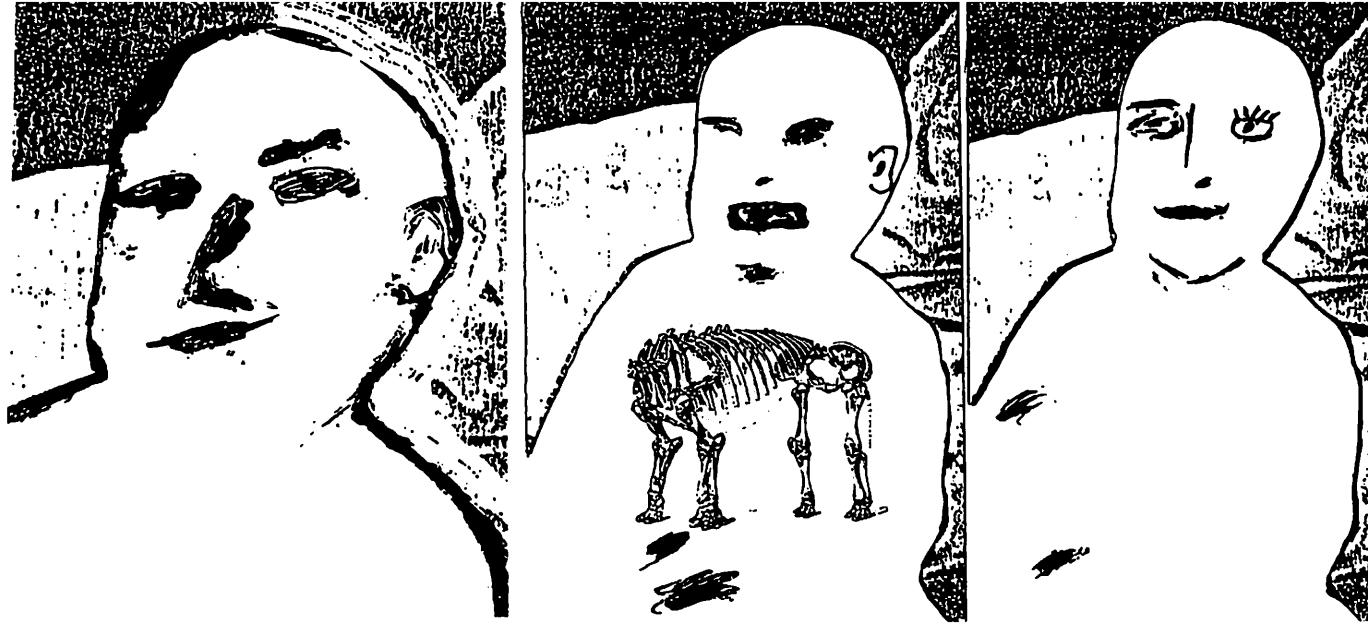
Ilustrações e fotografias: Marcelo Kraisler

Edição gráfica: Cláudia Barcellos

Impressão: Editora Lítero Maciel

Tiragem: 11 mil exemplares

As matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores. O Jornal do Psicólogo as publica por acreditar na diversidade das idéias.



Pela Ética na Saúde

Profissionais de saúde das categorias de Biologia, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia, Psicologia e Serviço Social, reunidos na I Conferência Mineira de Ética e Saúde, em 12, 13 e 14 de maio de 1994, após refletirem sobre as questões "Ética e Conhecimento", "Ética e Comunicação", "Ética e Compromisso Social" e "Ética e Exercício Profissional" e, entendendo que a discussão de Ética e Saúde deve ser uma experiência de encontro com o outro e com a realidade social, resolvem tornar públicas as seguintes propostas:

1- A informação é um direito de todos. Com base nesta premissa, os Conselhos Fiscalizadores do exercício profissional devem fazer um movimento junto às respectivas categorias profissionais e às populações municipais, no sentido de informá-las sobre a importância do Sistema Único de Saúde.

2 Discutir e aprovar uma Carta de Princípios Éticos e Deontológicos única para todos os profissionais da área da saúde. Esta carta deve ser estruturada de forma a não inviabilizar os princípios éticos específicos de cada uma das profissões. Esta carta deve ter orientação e direcionamento voltados para o comprometimento social dos profissionais da área.

3 Criar um fórum interdisciplinar entre os Conselhos Profissionais e os órgãos de defesa do cidadão para avaliação e discussão das políticas públicas, visando assessorar as comunidades.

4 Os conselhos promotores da I Conferência Mineira de Ética e Saúde assumem o compromisso de realizar, a cada 2 (dois) anos, conferências de Ética e Saúde.

5 Os profissionais participantes desta Conferência assumem o compromisso de divulgar os conceitos aqui debatidos.

6 O pressuposto ético do compromisso profissional, tanto nas instâncias públicas quanto privadas, é primordialmente com a vida humana e

com a sociedade, e não com a categoria profissional.

7 Aos profissionais de saúde cabe comprometer-se com um trabalho constante de autoconhecimento, reflexão ética e conhecimento teórico-científico.

8 Os Conselhos Profissionais, juntamente com outras entidades representativas das categorias, devem sensibilizar seus inscritos para os direitos básicos do cidadão, orientando-os de forma constante para que sua prestação de serviços seja adequada e eficaz.

9 A informação de relevância social, primordialmente quando prestada pelo serviço público deve, obrigatoriamente, ser concedida gratuitamente, sem qualquer discriminação.

10 Os profissionais e a população devem lutar juntos no resgate dos serviços e ações de saúde, principalmente no setor público, visando o atendimento ao indivíduo em seu sentido global (bio-psico-social e político).

11 Os profissionais de saúde devem estar atentos e sensibilizados para as demandas da grande parcela excluída da sociedade que não tem acesso a seus serviços, reconhecendo-se no outro e possibilitando a transformação da vida.

12 Os Conselhos Profissionais, em conjunto com os órgãos de defesa do consumidor e com a sociedade civil organizada, devem envidar esforços para a criação de legislação específica de marketing de produtos de consumo e serviços relacionados à saúde do indivíduo como medicamentos, cigarros, bebidas, terapias etc.

13 As instituições formadoras e prestadoras de serviços na área da saúde devem promover cursos de aperfeiçoamento para seu quadro profissional, os quais devem estar abertos ao público externo interessado.

14 Os profissionais devem buscar aproximação com o usuário de seus serviços. Para isso, deve abandonar a usual relação unilateral, empre- 11

gando uma linguagem compreensível, democratizando as informações e orientando adequadamente.

15 Institucionalizar nos Conselhos Profissionais um programa de educação continuada, tendo como eixo central a discussão ética e a democratização do saber.

16 Os Conselhos Profissionais devem interagir junto às instituições formadoras para que estas:

- repensem os currículos, adequando-os à realidade brasileira e preparando os profissionais para atender às demandas da sociedade;
- incrementem a reflexão política, no sentido de pensar o lugar que ocupam, hoje, no seio da sociedade brasileira;

- trabalhem a Ética de forma contextualizada durante todo o curso de formação;

- aumentem o número de disciplinas de formação política e filosófica;

- repensem sua orientação exclusivamente voltada para a formação técnica e teórica do seu corpo discente/docente e se comprometam, aí Também, com a criação de condições que propiciem o aparecimento e a construção de um sujeito ético capaz de refletir sobre si mesmo, sobre o outro e sobre suas condições de vida;

- promovam cursos de educação continuada para os profissionais que atuam nos serviços de saúde.

17 Os profissionais devem implementar em seu trabalho formas de ação interdisciplinar.

18 Repensar a estrutura dos Conselhos Profissionais e, em particular, os procedimentos de julgamentos éticos, criando um Tribunal Único de Ética para todos os profissionais de saúde.

19 Atribuir aos Conselhos Profissionais o papel de atender à população, usuária dos serviços de seus inscritos, informando-a sobre seus direitos em relação aos serviços de saúde.

20 Os Conselhos Profissionais reunidos neste fórum devem se articular

A I Conferência Mineira de Ética e Saúde poderia ser um evento como outro qualquer, não fosse o ineditismo de sua forma de organização e os avanços contidos em suas propostas, aprovadas por mais de 200 participantes. Pela primeira vez, dez conselhos regionais da área da saúde se reunem para realizar, conjuntamente, um evento que se propõe a priorizar os interesses da população em detrimento de interesses corporativos de cada uma das categorias profissionais.

É o que se pode constatar no Relatório Final, documento reproduzido nesta página e que já está sendo encaminhado às instituições públicas e privadas, às instituições formadoras, às associações comunitárias, entidades de classe, enfim, a todas as instâncias onde este debate se faz urgente e necessário. As propostas extraídas da conferência apontam a direção: ética na saúde.

com os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde.

21 Os Conselhos Profissionais da área da saúde devem agir de forma que a população os identifique com entidades de caráter social e público, e não como corporativistas.

22 Propor a realização de uma Conferência Nacional de Ética e Saúde, a ser promovida pelos Conselhos Regionais e Federais da área, nos moldes da I Conferência Mineira de Ética e Saúde.

23 Realizar, em setembro de 1994, um fórum de avaliação da I Conferência Mineira de Ética e Saúde, no qual serão analisados, em destaque, os itens 2 e 18 deste documento.

Além destas propostas, os participantes da I Conferência Mineira de Ética e Saúde resolvem tornar pública a seguinte Moção:

Os Conselhos Regionais reunidos nesta I Conferência, inconformados com a sistemática de eleição indireta para a composição dos Conselhos Federais, enfatizam a imperiosa necessidade de se promover eleições diretas para os referidos órgãos, garantindo em lei a representação efetiva dos Estados na estrutura e trabalhos da autarquia federal.

O Pequeno Outro

Nas vésperas do "reveillon" de 1992, em meio ao clima festivo de fim de ano, época em que mais parecem se impor a alegria e o esquecimento, uma notícia sacudiu o Brasil e perturbou a doce nostalgia de suas noites de folhetim. A atriz e personagem Daniella Perez/Yasmim havia sido assassinada supostamente pelo ator e personagem Guilherme de Pádua/Bira, como se a trama da novela "De corpo e alma" houvesse migrado, por alguma falha técnica, para as páginas dos jornais. O enredo de ciúme, paixão e crime veio esbarrar na realidade ou, segundo o título dado por um jornal à entrevista do psicanalista Jurandir Freire Costa, a morte da atriz converteu-se numa "vingança da realidade". Mas que realidade? Certamente a tênue realidade balizada pela passagem da novela ao noticiário, uma realidade na qual a morte, despida de sua irredutibilidade e força questionadora, apenas sinalizou uma nova ênfase na configuração dramática: Daniella confundida com Yasmim é novamente transposta para o interior da novela e seu rosto, numa significativa homenagem póstuma, esfuma-se na tela e desaparece na sucessão virtual das imagens.

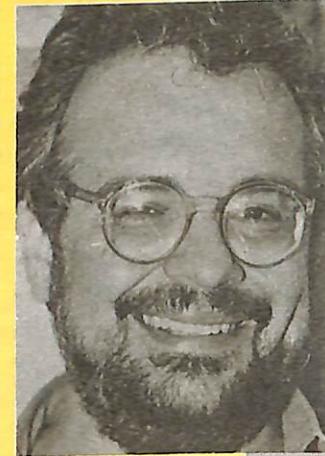
Talvez eu deva desculpar-me pela lembrança desse "velho" e desagradável acontecimento, desse crime episódico que já mal consegue sustentar algum interesse da mídia, mas ele foi aqui evocado como ilustração exemplar de um grave processo de degenerescência espiritual que, embora de difícil diagnóstico, foi evidenciando-se a partir dos anos setenta. Um processo de alcance planetário que, se não nos torna, como quer Gusdorf, em "contemporâneos do fim do mundo", é porque a desagregação que nos atingiu colocou sob suspeita qualquer visão de totalidade e lançou-nos no vórtice plural de muitos "fins" e de muitos "mundos". Ora, se o nosso exemplo é quase que caricatural em sua exemplaridade, é porque essa patologia da modernidade adquiriu, em nosso país, uma feição patética, expressando-se em traços quase histriônicos, pois experimentamos simultaneamente os arcaísmos de uma sociedade pré-moderna, a violência da modernização selvagem, a sofisticação cultural da modernidade e a perplexidade da sensibilidade pós-moderna. O "caso Daniella" foi, portanto, tomado como sintoma de uma doença, que em nós mostra-se em sua visibilidade grotesca, mas que não é apanágio exclusivo da sociedade brasileira, pois lavra insidiosamente na própria alma do homem ocidental.

Assim, no início dos anos cinquenta, o filósofo alemão Theodor Adorno, autor de uma obra de difícil leitura e exigente erudição, escreveu um pequeno ensaio sobre a televisão. Observador sutil e crítico severo, Adorno sempre esteve atento às grandes transformações tecnológicas da comunicação estética e, teórico rigoroso, sempre soube interpretá-las como uma mudança estrutural da cultura e não como uma série de inovações meramente contingentes e extrínsecas ao seu conteúdo. Por isso percebeu, quando a televisão ainda dispunha de recursos muito rudimentares, que a sua linguagem rompia com a fixidez da imagem pictórica, a imagem de um quadro ou de uma fotografia, e aproximava-se da fluidez da escrita, que arrasta pelas linhas o olhar do leitor. Porém, diferentemente da escrita literária que, pelo caráter abstrato dos signos, impõe certa distância entre o leitor e o texto, a escritura da televisão é invasiva e mágica, uma vez que irrompe no quotidiano do espectador e coloca à sua disposição um mundo miniaturizado, sem que ele precise abandonar a passividade da fruição pura. Como agudamente assinalou Adorno, esse gozo fisionomial transpõe a completa impotência do indivíduo na arrebatadora onipotência de um momento onírico, porque rompe o nexo da sociabilidade ao intervir no jogo dialético da identidade e da diferença. Isto é, a identidade real do indivíduo - em que a consciência de si é mediatisada pelo reconhecimento do outro, em

que o eu só se constitui pela presença de um outro - é substituída pela identidade imaginária, que é imposta por um sistema social que dissolve, na constrição lógica de seu funcionamento, as fronteiras entre o real e o ficcional, entre o público e o privado.

Talvez essa última característica possa servir, para nós, como fio condutor de uma breve reflexão. Num estudo monumental e de grande acuidade crítica, Jürgen Habermas definiu a modernidade clássica - a que transcorreu entre a Revolução Francesa e a Primeira Guerra Mundial - como a época da construção da esfera pública burguesa. A partir dela, os assuntos de interesse público deixaram de ser submetidos aos esquemas hermenêuticos monopolizados pela autoridade, civil e eclesiástica, e passaram a ser objeto de discussão por parte de um sujeito concebido como racional e autônomo. O indivíduo pode e deve intervir nos procedimentos de decisão e na solução dos problemas relativos à organização social porque, enquanto sujeito moral, é considerado como uma legítima instância de argumentação, já que é capaz de aceder, desde sua particularidade empírica, à universalidade do discurso racional. Dessa forma, de acordo com a teorização kantiana, a dominação política deveria ser confrontada, através do uso público da razão, com as imposições da moralidade. Porém, o domínio político, idealmente posto sob o império da razão discursiva e, em princípio, acessível a todos, é, desde o início, marcado pela exclusão. São excluídos ou não proprietários, são excluídas as mulheres que, em contrapartida à uma esfera pública racional, lugar de atuação masculina, devem se restringir à esfera privada, espaço da expressão dos sentimentos, da sexualidade, do irracional. Assim, o modelo burguês clássico de uma clara separação entre o público, âmbito das instituições racionalizadas, e o privado, âmbito da instituição familiar, sucumbiu diante das contradições do capitalismo liberal. Um sinal inequívoco da decadência desse modelo é a lenta e inexorável corrosão da figura paterna, pois o pai é, na legislação do século passado, o mediador, por excelência. É ele quem representa a vida doméstica na esfera pública, reivindicando o direito à educação e à privacidade, promove a reprodução da cidadania no interior da esfera privada, disciplinando a mulher e os filhos.

Não é possível acompanhar aqui, em todos os seus percalços, o declínio da família patriarcal, mas todos nós, filhos da modernidade tardia, conhecemos bem o seu desfecho: o aparecimento de um indivíduo cioso de sua independência em relação a qualquer vínculo coercitivo e dependente de ambições e necessidades cada vez mais manipuladas. Essa nova figura histórica, que Marcel Gauchet denominou "o indivíduo puro", atesta a despolitização do espaço público e a desinstitucionalização do espaço privado. A publicidade, despolitizada, torna-se o espaço da racionalidade instrumental-estratégica, que é reservada aos especialistas e técnicos ou transforma-se em espaço cênico, onde ocorrem, esporadicamente, os grandes espetáculos de mobilização das massas. A privacidade, desinstitucionalizada, reflui para a interioridade de um sujeito oscilante entre a expectativa de uma auto-realização plena e a constatação de uma insatisfação permanente. O "homo psychologicus" deve, então, dilacerar-se num dilema: ou perde-se no labirinto fantasmático de seu desejo, enredando-se na busca de um objeto definitivamente perdido, ou entrega-se à lei de um grande Outro, que se lhe impõe como uma exterioridade absoluta. O sujeito, desamparado dos valores da tradição e dos ideais da razão, parece incapaz de superar a cisão entre a interioridade narcísica e a exterioridade anônima, para encontrar em seu próximo uma outra alteridade, aquela que tece um "nós" no reconhecimento recíproco do "eu" e do "tu" e que é a alteridade de um pequeno outro.



Carlos Roberto Drawin

Psicólogo e professor de Filosofia da UFMG



CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
CRP - 04



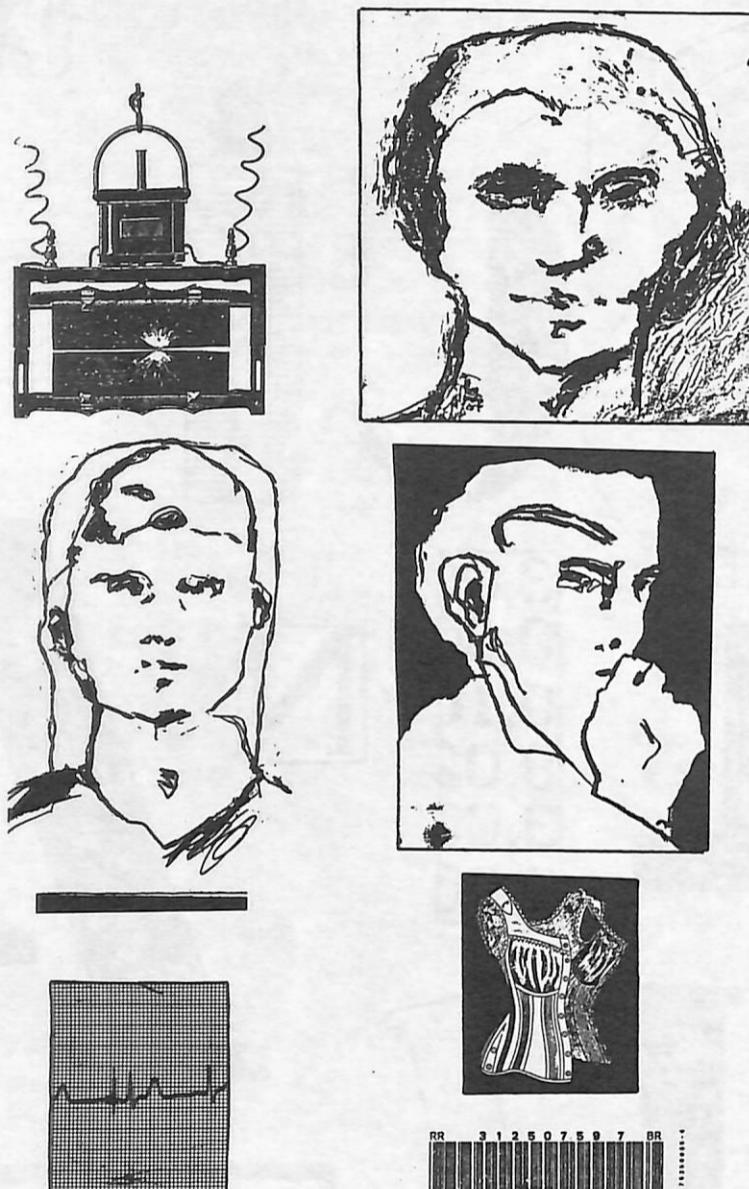
G E S T Ã O
PSICODIVERSIDADE

E S C U T A
SUPLEMENTO DO JORNAL DO PSICÓLOGO

BELO HORIZONTE, ANO 10 • N° 46
MAIO / JUNHO 1994

I N T E R D I C T I O N A L E

A interdisciplinariedade e o conhecimento psicológico



ou
multidisciplinariedade,
interdisciplinariedade,
transdisciplinariedade e
indisciplinariedade
 (notas para uma palestra)*

Comecemos relembrando as regras que Descartes estabeleceu para o progresso do conhecimento científico, tais como apresentadas no Discurso do Método:

- ensina a primeira: *"duvidar de tudo que não seja por si mesmo evidente de modo claro e distinto"*;
- a segunda recomenda: *"dividir cada dificuldade em tantas partes quanto possível e necessário para resolvê-las"*;
- e, finalmente, a terceira sugere: *"por em ordem os pensamentos, começando pelos assuntos mais simples e mais fáceis, para atingir, paulatinamente, gradativamente os mais complexos"*;

As duas últimas regras (nas *Regras para a direção do espírito* esta problemática aparece a partir da quinta regra e é desenvolvida na sexta, na nona, décima-primeira etc) definem a concepção cartesiana e moderna de método: todo método consiste em fazer progredir o conhecimento seguindo a ordem e disposição dos objetos e indo sempre dos mais simples aos mais complexos. Há, portanto, uma direção muito clara: a direção da análise. Analisar é separar, desligar uma coisa da outra para poder, no caso da ciência, deter-se e aprofundar-se em cada uma. Deste método analítico provém, seguramente, um processo crescente de especialização, ou seja, de divisão e subdivisão dos domínios, cada um circunscrevendo uma região de fenômenos, e das disciplinas científicas. É preciso que se diga, contudo, a bem da verdade, que Descartes também disse, nos comentários à primeira regra enunciada nas *Regras para a direção do espírito* que:

"se alguém quiser buscar honestamente a verdade, não deve optar pela escolha de uma ciência particular; estão todas unidas entre elas e dependentes umas das outras".

Aqui parece claro que ele está antecipando a questão da multidisciplinariedade, isto é, da (re)combinação dos saberes especializados. Efetivamente, tanto a divisão e a subdivisão das disciplinas como a necessidade de reuní-las e fazê-las convergir para alvos comuns, ou seja, a necessidade de uma atividade multidisciplinar, fazem parte do pensamento moderno acerca da prática científica.

Os dois aspectos mencionados (especialização e multidisciplinariedade) pressupõem determinadas concepções ontológicas, ou seja, determinadas maneiras de

conceber a realidade a ser estudada. Poderíamos falar destas concepções designando-as como sendo a matematização do real. Isto significa conceber a realidade sob a forma homogeneizada de um sistema - o sistema da natureza - apto a descrições precisas e ao cálculo exato. Calcular é estabelecer relações rigorosas entre partes ou aspectos da realidade e delas extrair informações que nos permitem explicar, prever e, eventualmente, controlar os fenômenos. Para que seja possível descrever com precisão e calcular com exatidão é necessário supor que a natureza seja uma e que haja na natureza tanto linhas naturais de fratura, definindo os limites de cada fenômeno e de cada região ou domínio, como interrelações regulares entre os fenômenos e os domínios. A partir destas suposições pode-se esperar que o estudo progride ao mesmo tempo no rumo de uma crescente especialização e no de uma acumulação multidisciplinar de conhecimentos, já que cada disciplina e subdisciplina naturalmente se ajustaria e complementaria todas as outras e, em particular, as que tratassem de fenômenos mais próximos. É assim que se deu efetivamente a institucionalização da(s) ciências(s): observa-se ao longo dos séculos e, com a aceleração do progresso científico, ao longo das décadas a formação de novas disciplinas e sua subdivisão com a correspondente especialização e autonomização das práticas de pesquisa.

Convergência de conhecimentos

Não há dúvida de que em muitos aspectos devemos a esta maneira de conceber a realidade e a esta maneira de estudá-la os grandes avanços contemporâneos do 'conhecimento científico' e das tecnologias; as fronteiras entre disciplinas vão dando lugar a novas disciplinas, à formação de novos domínios, permitindo uma penetração mais profunda na realidade; por outro lado, a tecnologia vai crescendo cada vez mais apoiada na multidisciplinariedade, ou seja, na convergência de muitos conhecimentos de varieda procedência para a produção de equipamentos e utensílios.

Será que seria esta também a situação dos conhecimentos psicológicos?

Gostaria de iniciar relembrando W. Wundt, um dos pioneiros da psicologia como ciência *sui generis* e que chamou a psicologia de 'ciência intermediária'. Com esta denominação Wundt colocava a psicologia como uma ciência entre outras ciências, como uma disciplina entre disciplinas, ou seja, como uma ciência interdisciplinar. É preciso que se entenda bem o sentido deste *entre*. É claro que toda ciência está sempre entre outras, ocupan-

do o seu domínio bem determinado no sistema da natureza, o que permite exatamente que em dadas circunstâncias os esforços de várias disciplinas possam convergir: este é o sentido da multidisciplinariedade.

No entanto, o *entre* implicado na natureza intermediária e inter-disciplinar da psicologia teria outro sentido: não se trata de uma disciplina apenas colocada entre outras, mas de uma disciplina constituída no e pelo 'entre outras'. Wundt, por exemplo, via a psicologia tanto como constituída nas suas relações com as ciências biológicas - e neste caso a psicologia era psicologia fisiológica e experimental - como constituída nas suas relações com a antropologia, a filologia e os estudos da linguagem e da religião etc - e neste caso a psicologia era *etnopsicologia, psicologia dos povos ou psicologia social*.

Mas a psicologia deveria ser ambas as coisas ao mesmo tempo, ou seja, ela só seria ela própria ao estabelecer relações fundamentais com as ciências biológicas e com as ciências da cultura. O problema é o de como integrar numa psicologia só estas duas metades. Efetivamente, as ciências naturais e as ciências da cultura não compartilham as mesmas concepções básicas sobre seus objetos. Os objetos das ciências naturais são eventos determinados pela sua inserção numa ordem natural: eles 'produzem efeitos', são 'produzidos', 'funcionam' etc. nesta inserção.

Já os fenômenos da cultura são fenômenos expressivos, ou seja, são tomados como ações ou obras de sujeitos individuais ou coletivos. Por exemplo, tomemos um sonho: como fenômeno natural podemos, num nível primário de explicação, colocá-lo como resultado de uma digestão difícil, o que torna o sonho um fenômeno fisiológico. Num nível mais sofisticado, mas no mesmo plano naturalizante, o sonho pode ser associado a determinados modos de funcionamento cerebral. Impedindo-se o sonho, o que se consegue interrompendo o sono do sujeito cada vez que se verifica uma emissão de ondas características do estado cerebral correspondente, produzem-se transtornos graves na vida psíquica e na conduta, o que sugere a importância do sonhar na manutenção da normalidade psico-fisiológica.

Num outro plano, contudo, o mesmo sonho pode ser apreendido como premonição ou como uma mensagem dos deuses. Neste mesmo plano, mas num nível mais sofisticado, os sonhos podem ser vistos como obras de um inconsciente (individual ou coletivo, conforme postula G. Jung). Seja como palavra divina sussurrada ao sonhador enquanto dorme ou como produto de sua vida mental inconsciente, o sonho é aqui conhecido como mensagem a ser decifrada. Um mesmo

sonho, portanto, pode dar lugar a explicações ou dar lugar a interpretações. Entre estes dois planos não é nada fácil transitar.

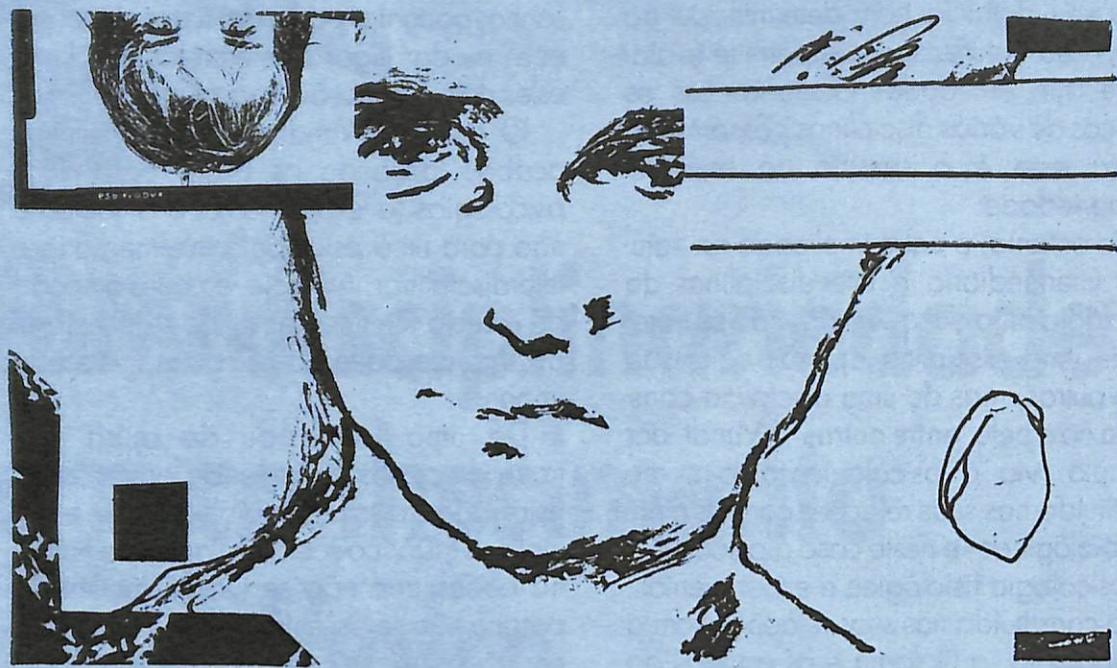
O próprio Wundt, no meu entender, acabou lançando as bases para duas psicologias (a experimental e a social) e não para uma psicologia intermediária e interdisciplinar. Até hoje, embora a noção de ciência intermediária não seja lembrada, grande parte da psicologia vive este impasse.

De uma forma ou de outra isto transparece nos currículos de formação de psicológos: disciplinas biologizantes e disciplinas histórico-sociais falando do humano coisas que não se juntam facilmente porque não se assentam nas mesmas concepções básicas acerca dos seus objetos; as diversas teorias e sistemas do pensamento psicológico, igualmente, diferenciam-se, entre outras coisas, por posicionarem-se o mais próximo das ciências biológicas - e daí a psicologia seria uma das ciências naturais entre outras - ou mais próximas das ciências sociais ou da cultura - e daí a psicologia é vista como uma das ciências humanas. Até nos vestibulares se nota a presença desta questão: em algumas universidades o vestibular para psicologia corre na faixa das humanidades e em outras na faixa das ciências biológicas.

O que poderia ser, afinal de contas uma psicologia que se constituísse efetivamente como saber interdisciplinar? É preciso reconhecer que no campo dos saberes psi somente a psicanálise ousa, a duras penas, estabelecer uma ponte, e, mais que isso, estabelecer-se na ponte, entre os dois grandes domínios (biologia e cultura, ou, dito de outra forma, natureza e sociedade) para daí constituir-se como um saber *sui generis*. *Sui generis*, sim, desde que se entenda que sempre se tratará de uma independência relativa e conquistada no 'entre' e sempre nos remetendo a estas duas ordens: a ordem dos fenômenos vitais e de suas leis e a ordem dos fenômenos expressivos e dos seus sentidos. Creio que não há como dar conta do humano, da constituição e da dinâmica das subjetividades senão batalhando pela construção deste lugar tão precário.

Riscos

Efetivamente, a interdisciplinariedade, neste sentido forte da palavra, jamais será uma posição cômoda e estável. É verdade que nenhuma disciplina científica pode estar segura de que seus limites estão dados de uma vez por todas: tanto ela deve estar aberta a subdivisões internas - a novas especialidades - como ela deve ser capaz de ajustar-se ao que se passa nas disciplinas afins, que laboram domínios próximos. A situação, porém, ainda é mais inquietante no caso da interdis-



ciplinariedade: um saber inter-disciplinar, constituído no e como 'entre disciplinas' está sempre sujeito a dois riscos. Um é o risco de se descaracterizar pendendo unilateralmente para alguns dos campos que o constituíram, o que é uma grande tentação quando estes campos se organizam sobre princípios incompatíveis. Por exemplo, a psicanálise se descaracteriza se pende para o campo das ciências biológicas - como a medicina - e adota acriticamente seus pressupostos, seus modelos teóricos e de intervenção e suas metas. Mas ela também se descaracteriza se pende unilateralmente para o campo das ciências da cultura: seria o caso, por exemplo, se concebermos a interpretação psicanalítica segundo o molde de uma interpretação literária, histórica ou antropológica.

No entanto, há um outro risco talvez ainda mais sério e de consequências mais nocivas: o risco de perder o seu caráter interdisciplinar fechando-se aos outros saberes, deixando de ser atravessada por eles, para enfrentá-los e, de alguma forma, incorporá-los. Ou seja, uma ciência inter-disciplinar deveria, para se manter viva e crescer, abrir-se para um pensamento e para uma prática de pesquisa **trans-disciplinar**, ou seja, para um pensamento capaz de circular, afetando e sendo afetado por outros saberes. É isto, por exemplo, que Freud propõe para a formação ótima de um psicanalista e que de fato fez parte tanto de sua própria formação, como do seu modo de produção teórico. Em acréscimo, ao falar do interesse da psicanálise Freud menciona uma série de disciplinas afins que de diferentes maneiras poderiam se beneficiar dos saberes psicanalíticos.

Em outras palavras: na condição de uma disciplina interdisciplinar, a psicologia, aqui representada exemplarmente pela psicanálise, deveria ser capaz de atravessar e ser permanentemente

atravessada por outros saberes, o que daria a esta 'disciplina' um curioso aspecto, o de ser, para além da interdisciplinariedade constitutiva e da transdisciplinariedade obrigatória, um saber fecundante in-disciplinado, ou seja, um saber que, pela sua própria natureza está sempre transgredindo os limites da disciplina.

Como dificilmente uma instituição de ensino consegue manter-se à altura dessa exigência de in-disciplina - a própria transdisciplinariedade já lhe é uma carga difícil de suportar - estes passeios ao léu, tão indispensáveis à nossa formação e ao exercício do nosso ofício, devem ser - não há outro jeito - da iniciativa de cada um.

Aonde, afinal, pode ir se formando um psicólogo? (e digo 'ir se formando' porque nunca estaremos completamente formados). Na universidade, em parte. Nas instituições de ensino e formação especializadas, também em parte. Em práticas supervisionadas, em grande parte. Mas também e indispensavelmente, num contato amplo e variado com a boa literatura, com as obras de arte, com a meditação filosófica, com os estudos históricos e antropológicos, de um lado, e, de outro, no acompanhamento, mesmo que à distância, do rico campo dos estudos psicobiológicos e etológicos. Realmente, uma tarefa interminável e para toda uma vida, mas sem dúvida uma vida muito interessante e sempre em movimento.

(*) Semana de Psicologia da UNIP, 1993.

O autor deste artigo é Livre Docente em Psicologia Geral na USP, Coordenador dos cursos de Mestrado e Doutorado em Psicologia Clínica da PUC/SP e Chefe de Depto. de Psicologia da UNIP; atende em consultório particular.